

PROTECCÇÃO DE DADOS PESSOAIS
DIREITO DE APAGAMENTO

Nº DE CASO:

DATA:

DADOS DO CLIENTES

NOME

APELIDO

APELIDO

DOMICILIO

CÓDIGO POSTAL

PAÍS

EMAIL

Nº EDIF.

LOCALIDADE

TELEFONE FIXO

ESC.

PISO PORTA

DISTRITO

TELEMÓVEL

DOCUMENTO DE IDENTIDADE TIPO DE DOCUMENTO – DNI – NIF – NIE- PASSAPORTE Nº DE DOCUMENTO

CONTAS DIGITAIS:

Indique os seus email's de acesso
aos serviços através da internet
e canais digitais

(*) Dados obrigatórios. No caso de não preencher estes dados o Centro de Seguros y Servicios, Correduría de Seguros, S.A.U., não poderá efetuar as gestões solicitadas. O Centro de Seguros y Servicios, Correduría de Seguros, S.A.U. poderá solicitar a comprovativo de identificação com data recente ao solicitante através de qualquer documento oficial (**). Para se efetuar a gestão deverá de indicar obrigatoriamente pelo menos um dos dados de contacto.

RESPONSÁVEL PELO TRATAMENTO

Centro de Seguros y Servicios, Correduría de Seguros, S.A.U, Sucursal em Portugal: Av. António Augusto de Aguiar, 31, 1069-413 Lisboa / NIF A-28128189

DIREITO DE APAGAMENTO

Solicito que sejam suprimidos todos os dados de carácter pessoal fornecidos por mim à empresa indicada no ponto anterior assim como os que se encontram em posse de qualquer terceiro, ou se os referidos dados foram comunicados anteriormente.

CANAL PELO QUAL DESEJA RECEBER A RESPOSTA

CORREO ELECTRÓNICO

DIRECÇÃO

CORREIO POSTAL

DIRECÇÃO

CÓDIGO POSTAL

LOCALIDADE

O cliente autoriza o Centro de Seguros y Servicios, Correduría de Seguros, S.A.U, Sucursal em Portugal: Av. António Augusto de Aguiar, 31, 1069-413 Lisboa / NIF A-28128189 o tratamento dos seus dados com a finalidade de atender ao exercício dos direitos de Protecção de Dados (Regulamento UE 2016/679)

ASSINATURA DO CLIENTE

INFORMAÇÃO ADICIONAL AO FORMULÁRIO

1. Com este formulário poderá exercer o direito de apagamento de dados quando ocorra algo suspeito contemplado no Regulamento Geral de Protecção de Dados. Por exemplo, tratamento ilícito de dados, ou quando desapareceu a finalidade que motivou o tratamento e recolha dos mesmos.

Não obstante, preveem –se certas exceções no que se refere a poder aceder a este direito. Por exemplo, quando deva prevalecer o direito à liberdade de expressão e informação.

O responsável do tratamento estará obrigado a bloquear os dados quando proceda à sua retificação ou apagamento.

O bloqueio do dados consiste na identificação e reserva dos mesmos, adoptando medidas técnicas e organizativas, para impedir o seu tratamento incluindo a sua visualização, excepto para Juízes e Tribunais, Ministério das Finanças e Administração Pública competentes, em particular as autoridades de protecção de dados , para a exigência de possíveis responsabilidades derivadas do tratamento e só pelo prazo de prescrição das mesmas.

Passado esse prazo deverá proceder-se à destruição dos dados.

2. Será necessário entregar fotocópia do Cartão do Cidadão ou documento equivalente que comprove a sua identidade e seja válido, para o caso de o responsável ter dúvidas relativamente à sua identidade. Nos casos em que quem atua é um representante legal deverá apresentar além do CC uma declaração onde conste que o representa.
3. O titular dos dados pessoais objecto de tratamento deverá identificar a empresa e ou empresas sobre as quais exerce o direito.